

• 2 DEZ 1983

# Soluções para a questão da dívida

Tornou-se moda, agora, propor soluções para a questão da dívida externa. O problema, entretanto, é que as soluções propostas, infelizmente, não dependem de nós, brasileiros, e dificilmente as soluções simplistas e ingênuas aventadas pelos economistas patrícios chegam aos ouvidos dos credores anglo-saxões do Brasil. Por isso, talvez, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen trouxe à baila, desta vez, sugestões norte-americanas, que esperamos sejam examinadas pelos que detêm o poder de decisão.

Há muito vimos dizendo, nesta coluna, que a solução encontrada pela comunidade financeira internacional para a questão da dívida externa brasileira contraria a matemática mais elementar e que a concessão de novos empréstimos, para que o País pague os juros devidos, não faz mais do que postergar a solução verdadeira da questão, que se torna a cada dia mais grave. O Brasil, porém, nada pode fazer, e cabe a seus credores encontrar uma solução mais positiva e realista, se não querem partilhar conosco, brasileiros, deste senti-

mento de angústia causado pela experiência de uma moratória de fato... Na verdade, temos de convir em que, enquanto nosso país não obtiver uma redução das taxas de juros, não terá sido encontrada a solução, matematicamente aceitável, do momento caso brasileiro...

O ex-ministro da Fazenda sr. Karlos Rischbieter disse, perante a CPI que estuda a questão da dívida externa, que o Brasil deveria abster-se de discutir esse assunto com os bancos e pleitear dos governos estrangeiros a redução das taxas de juros. Afirmou ele que os banqueiros particulares jamais concordariam em reduzir as taxas de juros e que, por isso, as negociações deveriam ser intergovernamentais.

Não percebemos claramente como poderiam os governos de alguns países assumir o lugar dos bancos privados e fixar, a seu arbítrio, em nível muito abaixo do atual, as taxas de juros a ser pagas por nosso país. Com a economia nacional tão estatizada, nós, brasileiros, parecemos ignorar os mais elementares procedimentos dos países que respeitam a

iniciativa privada... Nesses países, os bancos pagam juros a terceiros, que pretendem recuperar, mas os governos, a menos que assumam os compromissos dos devedores, não podem impor uma taxa de juros artificial. Ora, o clima não é muito favorável para que os governos assumam graciosamente um ônus financeiro dessa ordem...

Não obstante, pode-se considerar que, se os bancos estão conseguindo amelhar provisões para arcar com alguns prejuízos, talvez seja possível encontrar uma solução, ou, pelo menos, conseguir, sem muita dificuldade, que os governos colaborem no sentido de se reduzirem as taxas de juros. Aliás, em alguns países, como a Suíça e a República Federal da Alemanha, já se entrevê uma disposição mais favorável a suportar perdas do que a conceder maiores empréstimos, que representam apenas aumento do risco com os países devedores. Ora, até nos Estados Unidos se manifesta uma nova política, tendente à acumulação de maiores reservas destinadas a enfrentar uma eventual redução das taxas de juros que pagam os países devedores.

O sr. Mário Henrique Simonsen, que reconhece a necessidade de se renegociarem os juros, aprova a sugestão feita, há mais de ano, pelo general norte-americano Norman Bailey, membro do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e profundo conhecedor do Brasil. Havia sugerido ele que os países devedores assumissem o compromisso de reservar uma porcentagem fixa de suas exportações para cobrir o serviço de sua dívida externa. Deste modo, os países credores teriam interesse em comprar o máximo possível dos países devedores. Poder-se-ia conceber um sistema misto, pelo qual as taxas de juros seriam fixadas em função das exportações do ano anterior para cada país credor.

Todas essas sugestões são pertinentes, mas tem-se de reconhecer que não somos nós, brasileiros, que podemos convencer os credores a acatá-las. Podemos apenas dizer que a atual solução — que implica transferência real de recursos para o Exterior — não será útil ao Brasil por muito tempo e que representa séria ameaça para os credores...